



REVISTA TURISMO ESTUDOS & PRÁTICAS

ISSN: 2316-1493

Artigo/Article

TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS PLANOS DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ANHATOMIRIM (BRASIL) E DO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA (MOÇAMBIQUE)

PROTECTED AREAS TOURISM: A COMPARATIVE STUDY OF THE MANAGEMENT PLANS OF THE ANHATOMIRIM ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA (BRAZIL) AND GORONGOSA NATIONAL PARK (MOZAMBIQUE)

Daiko Lima e Silva¹
Samuel Ribeiro dos Santos²
Arsília Anastácio Maieira³
Adriana Brambilla⁴

RESUMO: O artigo analisa o turismo em áreas protegidas a partir de um estudo comparativo entre a Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim - APA (Brasil) e o Parque Nacional da Gorongosa - PNG (Moçambique), ressaltando a importância do turismo sustentável na conservação e no desenvolvimento socioeconômico. O objetivo é compreender como os planos de manejo dessas unidades incorporam o turismo e de que forma eles podem contribuir para a sustentabilidade e para a formulação de políticas públicas. A pesquisa, de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, baseou-se em revisão bibliográfica e documental, incluindo 65 artigos científicos da *Web of Science* (2020–2024), legislações e documentos oficiais. Teoricamente é discutida a relação entre turismo, sustentabilidade e áreas protegidas, destacando

¹ Turismólogo Efetivo da Secretaria de Estado do Turismo de Santa Catarina (SETUR/SC); Discente de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGPLAN/UDESC); Pesquisador do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LABPLAN/UDESC); Pesquisador do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET/UFPB); Bolsista UNIEDU/FUMDES/SED/SC; E-mail: prof.daiko@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4274-6460>

² Pós-graduando em Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Barbacena; Graduando em Tecnologia da Gestão Pública Municipal na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Pesquisador do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET/UFPB); E-mail: guiasamuelsantos@icloud.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4651-2777>

³ Coordenadora do Curso de Licenciatura em Gestão de Turismo na Universidade Aberta de Moçambique (UnISCED); Doutora em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento pela Universidade Aberta (Uab/Lisboa); E-mail: amaiela@uniscad.edu.mz

⁴ Docente do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutora em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro (UA/Portugal); Líder e Pesquisadora do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET/UFPB); E-mail: adriana.brambilla@academico.ufpb.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5603-4195>





desafios como a pressão sobre a biodiversidade, a presença de comunidades residentes e os impactos das atividades turísticas, apontando estratégias como educação ambiental, participação social e fortalecimento das economias azul e verde. Os resultados demonstram que em ambas as áreas o turismo ocupa papel central nos planos de manejo, estruturados em zoneamentos, regimentos e estratégias de promoção. Na APA predominam atividades costeiras, com normas sobre embarcações, limites de visitantes e preservação da fauna marinha, enquanto no PNG, formado por savanas e florestas, o zoneamento define áreas específicas para hospedagem, recreação e visitas guiadas ou independentes. Em ambos os casos, a presença de comunidades em seus interiores ou entornos reforça a necessidade da gestão participativa (Governança). Conclui-se que tanto Brasil quanto Moçambique tem avançado na integração entre turismo e conservação, utilizando os planos de manejo como instrumentos estratégicos para equilibrar preservação ambiental, desenvolvimento econômico e inclusão social. Espera-se que, além de fornecer subsídios para pesquisas futuras, este estudo contribua para a formulação de políticas públicas voltadas ao turismo e às economias verde e azul. **Palavras-chave:** Desenvolvimento Turístico; Áreas Protegidas; Plano de Manejo; Brasil; Moçambique.

ABSTRACT: The article analyzes tourism in protected areas through a comparative study between the Anhatomirim Environmental Protection Area – APA (Brazil) and Gorongosa National Park – GNP (Mozambique), highlighting the importance of sustainable tourism for conservation and socioeconomic development. The objective is to understand how the management plans of these units incorporate tourism and how they can contribute to sustainability and the formulation of public policies. This qualitative, descriptive, and exploratory research was based on a literature and documentary review, including 65 scientific articles from Web of Science (2020–2024), legislation, and official documents. Theoretically, the study discusses the relationship between tourism, sustainability, and protected areas, emphasizing challenges such as pressure on biodiversity, the presence of resident communities, and the impacts of tourism activities, while pointing to strategies such as environmental education, social participation, and strengthening of blue and green economies. The results show that in both areas, tourism plays a central role in management plans, structured through zoning, regulations, and promotion strategies. In the APA, coastal activities predominate, with rules regarding vessels, visitor limits, and marine fauna preservation, while in the GNP, composed of savannas and forests, zoning defines specific areas for lodging, recreation, and guided or independent visits. In both cases, the presence of communities within or around the areas reinforces the need for participatory management (Governance). It is concluded that both Brazil and Mozambique have advanced in integrating tourism and conservation, using management plans as strategic tools to balance environmental preservation, economic development, and social inclusion. Beyond providing input for future research, this study is expected to contribute to the formulation of public policies focused on tourism and the green and blue economies. **Keywords:** Tourism Development; Protected Areas; Management Plan; Brazil; Mozambique.

INTRODUÇÃO

Atualmente a criação de áreas de proteção ambiental pode ser caracterizada como uma manifestação de esforços realizados por diversos países e instituições no sentido de preservar recursos como a diversidade da fauna e da flora (Sharmin et al., 2020), e culturas e práticas como de povos originários e ribeirinhos (Brasil, 2025), entre outros aspectos.

No Brasil, um dos pontos de destaque nesse sentido foi a criação da Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225 da Constituição Federal de 1988, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências, norma vigente há 25 anos no país. Enquanto Moçambique tem na Lei n.º 20, de 01 de outubro de 1997, denominada de Lei do Ambiente, as bases legais para utilização e gestão do ambiente e seus componentes, com vista à materialização de um sistema de desenvolvimento sustentável no país, que inclui as bases gerais do regime de proteção da biodiversidade, e visa promover uma gestão participativa que



permite o envolvimento local e a cooperação nacional e internacional, norma vigente há 28 anos.

Além de terem legislações sobre o assunto há décadas, os países apresentam fortes laços de ancestralidade, muitos escravos trazidos ao Brasil na época da escravidão vieram de Moçambique, por exemplo, e ambos também são considerados países lusófonos. Portanto, suas ligações são evidentes e este estudo faz uso desse fato para estimular reflexões internacionais conjuntas a respeito do turismo em áreas protegidas.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objeto de análise o Parque Nacional da Gorongosa (PNG) em Moçambique e a Área de Proteção Ambiental (APA) de Anhatomirim no Brasil, ambas consideradas áreas de proteção ambiental que estão sob gestão da esfera federal de seus respectivos países.

A partir disso, buscou-se analisar de que forma essas áreas podem contribuir com o desenvolvimento sustentável a partir do turismo e, como o turismo é abordado nos planos de manejo das respectivas áreas de proteção. Com isso, espera-se contribuir com subsídios e indicadores para tomada de decisão sobre a gestão das respectivas áreas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As temáticas trabalhadas na pesquisa vêm sendo discutidas em diversos lugares do mundo. Considerando o atual contexto de agravamento das condições climáticas, o modelo de organização da sociedade contemporânea, entre outros fatores agravantes, ganham relevância reflexões sobre sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras questões.

Ao estudarem pequenos estados insulares em desenvolvimento (PEID) a partir dos ODSs, por exemplo, Raman et al., (2024) identificaram que esses territórios precisam de estratégias integradas que procurem enfrentar desafios complexos relativos às dimensões social, ambiental e econômica.

Enquanto ao estudarem o papel dos atores do setor turístico de cidades costeiras nessa perspectiva, Águila & Navarro (2023) perceberam que políticas de sustentabilidade são fundamentais para o aproveitamento responsável desses recursos. No entanto, percebe-se que os benefícios percebidos pelos moradores após a criação da área de proteção influenciam ou não sua disposição em apoiá-las (Park et al., 2020; Sianipar et al., 2024).

Assim, a fundamentação teórica do trabalho foi organizada em duas partes, na primeira é apresentada a produção científica de diferentes locais que ocorreram entre 2020 e 2024 sobre turismo, sustentabilidade e áreas ambientais a partir de dados obtidos pela *Web of Science (WoS)*. Enquanto na segunda são introduzidas as realidades de Brasil e Moçambique sobre gestão de áreas protegidas, além de alguns aspectos das áreas protegidas que serão analisadas.

Reflexões sobre Turismo e Sustentabilidade em Áreas Protegidas

As áreas naturais protegidas são reconhecidas internacionalmente como essenciais para a manutenção dos recursos sustentáveis de biodiversidade, contribuindo tanto para o lazer quanto para a preservação do meio ambiente (Sharmin et al., 2020). Nesse contexto é fundamental estimular reflexões que promovam o diálogo entre turismo e áreas de proteção.



Estudos sobre turismo e áreas protegidas têm sido realizados em diferentes realidades e com os mais diversos objetivos, como nos casos de Brasil (Silva et al., 2010; Lima Junior et al., 2024), Colômbia (Flórez et al., 2024), Peru (Wetzell & Chávez, 2023), Equador (Maestro et al., 2024), EUA (Ferrante et al., 2021), Itália (Rota et al., 2023), Portugal (Cruz et al., 2024), Espanha (Pérez-Calderón et al., 2022), Turquia (Tosun et al., 2023), Sérvia (Trišić et al., 2021; Brankov et al., 2021), Nigéria (Fada et al., 2024), África do Sul (Ramaano, 2024), Zâmbia (Chidakel & Child, 2022), Indonésia (Purwoko, 2022; Wiratno, 2022), China (Qin et al., 2020; Nie & Tang, 2022), Azerbaijão (Jabrayilov, 2022), Nepal (Byers, 2024), Polónia (Pawłat-Zawrzykraj & Podawca, 2020; Dynowska & Stacherzak, 2020), Romênia (Mateoc-Sîrb et al., 2022; Telbisz et al., 2023) e inúmeros outros países.

Estes estudos analisam aspectos distintos sobre as temáticas, como o valor econômico de uma floresta protegida (Ardali, 2024), a intenção de pagamento de serviços ambientais por parte das populações locais (Zydroń et al., 2021; Sengkhomyong et al., 2022), desafios para o desenvolvimento do geoturismo (Matshusa et al., 2021), o desempenho de cidades turísticas em termos de desenvolvimento sustentável a partir dos ODSs (Gao et al., 2021), possíveis impactos do turismo na sustentabilidade de áreas protegidas (Zhang et al., 2022), capacidade de carga em áreas protegidas (Sobhani et al., 2022), a necessidade de políticas públicas para áreas protegidas (Gupta, 2024), como engajar formuladores de políticas públicas nas questões relacionadas aos serviços ecossistêmicos e às contribuições da natureza para as pessoas (Lembi et al., 2024), entre outras problemáticas.

O fato é que as áreas protegidas se consolidam cada vez mais como recursos capazes de estimular o fluxo de pessoas para determinados territórios por diferentes motivações, como a caça (Martín-Delgado et al., 2022), o interesse pela cultura local (Trišić et al., 2021), o acesso à fauna e flora típicas (Fada et al., 2024), ecossistemas marinhos e terrestres que oferecem oportunidades de observação e adrenalina (Cengiz, 2019), a prática de atividades esportivas como escaladas (Franceschinis et al., 2022), caminhadas terapêuticas para banho de floresta (Zorić, 2022), busca por conexões emocionais com o local (Zhang et al., 2024), entre outros fatores.

No entanto, a proteção ambiental se torna um fator cada vez mais crítico nesses espaços (Ng & Sun, 2024). Assim como outras dificuldades que lhes são inerentes, como o fluxo turístico, o uso de energia fóssil (Lin et al. 2018), a produção de resíduos e a poluição do local (Silva et al., 2010), o crescimento populacional e a expansão da mancha urbana (Sobhani et al., 2022), o aumento no número de empreendimentos voltados ao setor (Fei et al. 2023), a falta de preparo da infraestrutura local (Koshim et al., 2023), preocupações com a segurança pública (Hsu et al., 2020), entre outros gargalos. Logo, o grande desafio que se apresenta consiste em encontrar um ponto de equilíbrio que sustente o meio ambiente, a economia e a sociedade (pessoas) a longo prazo, aproximando proteção e qualidade da experiência turística (Zhang et al., 2023; Aktymbayeva et al., 2023).

Elementos esses que precisam ser enfrentados com medidas como a melhoria da educação e das parcerias entre pesquisadores, agências e a comunidade, apoio à economia verde — definida conforme o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, 2011) como um modelo capaz de resultar na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que pode reduzir significativamente os riscos ambientais e as escassezes ecológicas —, e à economia azul — definida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2023) como um modelo que compreende uma



série de setores econômicos e políticas relacionadas que, juntas, determinam se o uso dos recursos oceânicos é sustentável. Além do estímulo às conexões culturais, incentivo ao engajamento dos moradores locais, fortalecimento de vínculos, preservação da cultura, da identidade e promoção da sensação de pertencimento, promoção da qualidade de vida aos residentes, entre outras estratégias que estão a ser adotadas no intuito de impulsionar a sustentabilidade nesses territórios protegidos (Moreira et al., 2021; Sobhani et al., 2022; Blanco-Cerradelo et al., 2022; Bertini & Vitolo, 2023; Wang et al., 2024).

Com base na teoria científica que discute a temática, buscou-se estimular esse tipo de reflexão a seguir, quando são tratados alguns aspectos essenciais e basilares da gestão de áreas protegidas e das realidades atuais do Brasil com a Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim e de Moçambique com o Parque Nacional da Gorongosa.

Áreas Protegidas no Brasil e em Moçambique

A pesquisa concentra seus esforços na tentativa de observar como vem se desenvolvendo o turismo na APA de Anhatomirim (Brasil) e no PNG (Moçambique) a partir da perspectiva de sustentabilidade. Assim, nesta parte da fundamentação serão caracterizadas as respectivas áreas de proteção ambiental, as legislações pertinentes a cada realidade, entre outros aspectos a partir de dados documentais e bibliográficos.

No Brasil, percebe-se que ocorreu um importante avanço com a Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a partir do qual começou a ser organizado todo o sistema nacional vigente e que trouxe uma série de benefícios à sociedade.

A consolidação do SNUC se apresentou como uma oportunidade singular, pautada na sustentabilidade, no respeito às diferenças e na criação de espaços de integração e educação dos cidadãos. No entanto, segundo Maretti et al. (2023), o país ainda enfrenta desafios com relação à gestão de suas áreas protegidas, como a justa distribuição de benefícios, o reconhecimento de direitos territoriais, a superação de interesses conflitantes entre diferentes grupos, a complexidade das interações sociais e as desigualdades existentes na sociedade.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), as diferentes categorias de manejo do SNUC reúnem possibilidades de uso sustentável das áreas, como turismo, preservação de conhecimentos tradicionais, conservação de locais de belezas cênicas singulares, proteção de mananciais de abastecimento público, entre outros (Brasil, 2025).

O SNUC apresenta o turismo de três formas diferentes, sendo um objetivo, uma diretriz e um objetivo dos Parques Nacionais. Na primeira forma, no inciso XII do artigo 4º, o SNUC afirma que se deve “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Brasil, 2000).

Enquanto no inciso IV do artigo 5º, o SNUC traz o turismo como diretriz, ao afirmar que se deve buscar “o apoio e a cooperação para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação” (Brasil, 2000). Logo, esforços como essa pesquisa são uma de suas prioridades.



Por fim, o artigo 11 afirma que o “Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando o desenvolvimento de atividades de turismo ecológico”. Assim, definindo a atividade como um dos objetivos para os Parques Nacionais (Brasil, 2000).

Cabe destacar também que as Unidades de Conservação (UCs) no Brasil são divididas em Unidades de Proteção Integral (aquelas que objetivam preservar a natureza) e Unidades de Uso Sustentável (aquelas que buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais).

Caracterizada a situação das UCs no Brasil e identificado que pesquisas científicas e turismo possuem uma forte relação na legislação do país, a discussão de resultados aprofundará a pesquisa sobre a Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim, localizada no Estado de Santa Catarina, no município de Governador Celso Ramos (GCR), na Grande Florianópolis. Destacando que a APA de Anhatomirim foi instituída pelo Decreto n.º 528, de 20 de maio de 1992, que delimitou sua região e trouxe outras definições importantes.

Segundo dados do Painel Unidades de Conservação Brasileiras do Ministério do MMA, cerca de 2.600.847 km² do território brasileiro é Unidade de Conservação, sendo aproximadamente 1.635.559 km² de área continental e 968.288 km² de áreas marinhas protegidas (MMA, 2025).

O órgão federal ainda afirma que existem UCs na esfera municipal de gestão (25% das UCs), estadual (41% das UCs) e federal (34% das UCs), além da área privada, na figura da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), as quais estão distribuídas por todo o território nacional, ocupando todos os biomas: Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa (MMA, 2025).

Caracterizada a situação das UCs no Brasil e identificado que pesquisas científicas e turismo possuem uma forte relação na legislação do país (SNUC), a discussão de resultados aprofundará a pesquisa sobre a Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim, localizada no Estado de Santa Catarina, em GCR. Destacando que a APA de Anhatomirim foi instituída pelo Decreto n.º 528, de 20 de maio de 1992, que delimitou sua região e trouxe outras definições.

Ao partir com a discussão para a realidade de Moçambique, cabe afirmar inicialmente que o fim do conflito armado no país deu início a um processo de reabilitação e expansão das Áreas de Conservação, com apoio de organizações internacionais e mediante parcerias público-privadas, foram criados novos parques e atualizadas as legislações ambientais, como a Lei de Conservação da Biodiversidade (Lei n.º 16/2014). Segundo Ntela (2013), o estabelecimento dessas Áreas de Conservação é um processo relativamente recente.

Assim, Moçambique reassumiu o compromisso com a conservação da natureza, sendo signatário de diversas convenções internacionais relevantes, entre as quais se destacam: Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB); Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES); Convenção de Ramsar sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional; e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). O país também participa ativamente de iniciativas regionais, como os Protocolos da SADC, relacionados com as florestas, a conservação da fauna bravia e a fiscalização ambiental (MITUR, 2014).

Essas Áreas de Conservação foram criadas com finalidades específicas, tais como: Conservação da biodiversidade da fauna, flora e dos ecossistemas; Promoção do ecoturismo; Geração de renda para as comunidades locais; Educação ambiental;



Fortalecimento da identidade nacional; Cumprimento dos compromissos internacionais de proteção ambiental assumidos por Moçambique; Entre outros desafios.

Segundo o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo de Moçambique (PEDTM) (PEDTM 2004 - 2013), no país as áreas protegidas são representadas por Parques e Reservas que ocupam cerca de 12% da superfície total do país, percentual que aumenta para aproximadamente 15% quando incluídas as coutadas oficiais (PEDTM, 2004).

No entanto, a maioria das áreas de conservação apresenta populações reduzidas de fauna, resultado dos conflitos armados internos prolongados, tanto antes, quanto após a independência, além da caça descontrolada na região (PEDTM, 2004).

Nesse contexto, Ntela (2013) argumenta que as atuais Áreas de Conservação em Moçambique possuem uma cobertura que abrange diferentes *ecorregiões* e biomas, garantindo a sua integridade ecológica como parte representativa da herança natural do país.

Os anos de 1960 e o início da década de 1970 foram os períodos mais significativos para a criação de Áreas de Proteção Total em Moçambique, destacando-se a década de 1960, durante a qual foram criadas a maior parte dessas áreas: cerca de 83% como Reservas Nacionais e 17% como Parques Nacionais (Ntela, 2013).

Segundo o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo de Moçambique (PEDTM, 2016-2025), certamente essas são áreas consideradas atraentes na perspectiva de investimento no turismo, com territórios ricos como o Parque Nacional de Bazaruto, a Reserva Especial de Maputo, o Parque Nacional do Limpopo, o Parque Nacional das Quirimbas, a Reserva de Niassa e o Parque Nacional da Gorongosa (PEDTM, 2015).

Todavia, apesar das diversas finalidades que essas áreas apresentam, como turismo, pesquisa científica, recreação e uso sustentável dos recursos naturais, elas mantêm como objetivo principal a proteção e preservação da biodiversidade (Ntela, 2013).

Ao aprofundar a reflexão sobre as áreas protegidas de Moçambique, percebe-se que uma de suas características é apresentar assentamentos humanos em seus interiores, fato que dificulta a gestão dessas áreas devido às atividades por eles desenvolvidas, destacando-se entre elas a agricultura itinerante, a caça, a pesca, o corte de madeira e a queima de carvão, que tem impactos significativos sobre a biodiversidade e o turismo.

Apesar da legislação como a Lei de Terras de Moçambique de 1997 e a Lei de Florestas e Fauna Bravia de 1999 não permitirem assentamentos humanos nas Áreas de Conservação Totalmente Protegidas (Parques Nacionais e Reservas Nacionais), a realidade é que há um número significativo de comunidades que vivem nessas áreas.

Conforme o PEDTM (2004-2013), a existência de comunidades locais nos Parques e Reservas constitui um desafio considerável à gestão dessas áreas, dando origem a diferentes conflitos, como entre o homem e os animais, a degradação de recursos naturais, a destruição de habitats, o abate indiscriminado de animais, entre outros impactos muitas vezes prejudiciais (PEDTM, 2004).

Percebe-se ainda, que atualmente as áreas protegidas de Moçambique são utilizadas para diferentes fins, sendo os safáris um grande motivador do fluxo de turistas. Constituindo-se, assim, como uma estratégia de conservação das áreas protegidas que permite o investimento do setor privado no desenvolvimento de novas



instalações e serviços, à medida que elas são formadas ou reabilitadas, por meio de parcerias entre o setor público e privado (PEDTM, 2004).

A pesquisa tem como foco de estudo em Moçambique o Parque Nacional da Gorongosa (PNG), sendo necessário entender um pouco de sua realidade. A Gorongosa se localiza na extremidade Sul do sistema do Vale do Grande Rift, que se estende da Etiópia (África Oriental) até Moçambique. O Vale do Rift é a característica saliente da zona, contando com uma área de 40 km de largura, situada entre 15 e 80 metros acima do nível do mar.

A biodiversidade, a saúde dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades residentes no PNG estão profundamente interligados. O ecossistema da região fornece recursos naturais essenciais às populações locais, enquanto o Parque gera emprego, oportunidades econômicas e promove a educação ambiental, sob a sua própria gestão.

Dessa forma, o PNG atua como um importante motor de desenvolvimento sustentável para a Região Central de Moçambique. Porém, para que esse modelo seja bem-sucedido, é fundamental que as comunidades locais se envolvam ativamente e apoiem os esforços de conservação da biodiversidade promovidos pelo Parque (Lei n.º 10/99, de 7 de junho).

Com base no que foi apresentado até o momento, evidenciou-se que tanto Brasil, quanto Moçambique, vem empreendendo esforços objetivando a gestão sustentável de Áreas Protegidas, tendo o turismo como um importante vetor para o desenvolvimento local. A seguir será apresentada a metodologia utilizada neste estudo, e depois parte-se para a apresentação da discussão de resultados e as conclusões da investigação.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, exploratória e teórica, com base bibliográfica e documental, desenvolvida a partir de artigos científicos obtidos junto à Base de Dados *Web of Science (WoS)*, reconhecida internacionalmente, além de documentos oficiais de órgãos públicos do Brasil e de Moçambique, páginas na internet de instituições internacionais, legislações, entre outras fontes que auxiliaram na compreensão da realidade estudada.

A busca teórica inicial dos artigos ocorreu através da Comunidade Acadêmica Federada (Sistema CAFE), com acesso por meio da instituição de ensino vinculada a um dos pesquisadores do Brasil. A delimitação da busca na *WoS* teve como recorte temporal o período entre 2020 e 2024, logo, os últimos cinco anos completos antes da pesquisa.

Foi realizada busca na base com as *strings* “Turismo”, “Sustentabilidade” e “Áreas Ambientais”, nos idiomas português, espanhol e inglês. Inicialmente surgiram 3.319 trabalhos, em seguida, foram identificados somente artigos de acesso aberto e revisados por pares, que resultaram em um total de 1.148 estudos, os quais tiveram analisados seus títulos, resumos e palavras-chave para identificar a aderência com o problema do estudo em construção, resultando em 117 artigos como amostra inicial, nos quais a análise se aprofundou.

Em seguida, após leitura dividida dos artigos entre os três autores (média de 40 artigos para cada autor), foram realizadas reuniões *online* e discutidos os trabalhos, o que possibilitou a seleção de 65 artigos que tinham maior adesão a temática estudada. Também foram somadas aos artigos, buscas de documentos e legislações do Brasil e de Moçambique, feito contato com as áreas e seus gestores, entre outras medidas que contribuíram com a seleção do material.



Assim, as principais técnicas para coleta dos dados utilizados no trabalho são a busca na base de dados *Web of Science* e a pesquisa documental, sendo a amostra definida principalmente por conveniência e oportunidade. Enquanto as análises qualitativas se deram através da análise de conteúdo, possibilitando construir as reflexões apresentadas a seguir como resultados e conclusões.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A análise dos planos de manejo da APA de Anhatomirim e do PNG evidenciaram que em ambos o turismo é um elemento central e abrangente. No plano do PNG são delimitados objetivos gerais do turismo, como a oferta de uma experiência turística multicultural capaz de atrair e reter visitantes, responsável pela expansão e alcance da atividade, por incluir as dimensões ambiental, cultural, histórica e por gerar receitas local e nacionalmente; o desenvolvimento do turismo visa a sustentabilidade do PNG e a geração de benefícios para as comunidades (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2016).

Na APA de Anhatomirim há uma série de elementos que tornam o turismo uma atividade abrangente para sua manutenção. Nela, ele é reconhecido como uma das principais atividades econômicas de GCR, gerando receita e atraindo visitantes de diversos estados brasileiros e até de outros países (ICMBio, 2013b).

Ambos os planos de manejo são semelhantes em termos estruturais, contendo elementos como caracterização do espaço, delimitação de zoneamento e áreas de desenvolvimento turístico, estratégias de promoção e comunicação, entre outros aspectos. Essa “estrutura” não apenas permite que o turismo seja incorporado às realidades locais, promovendo impactos positivos demasiadamente significativos nas comunidades, bem como delimita barreiras capazes de auxiliar na conservação e preservação dessas áreas.

Conforme o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, o Brasil tem 11,8 milhões de moradores residindo em Unidades de Conservação e somente 2,39% da população residente em UCs são povos e comunidades tradicionais (IBGE, 2025). Na APA de Anhatomirim existem seis comunidades integral ou parcialmente inseridas, sendo elas: Areias de Baixo, Caieira do Norte, Praia do Antenor, Costeira da Armação, Fazenda da Armação e Armação da Piedade (ICMBio, 2013). Já no PNG, conforme o plano de manejo atual, existem cerca de 84 comunidades localizadas na Zona Tampão (entorno) do Parque (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2016).

Nesse sentido, pode-se constatar que embora haja diferenças em relação ao número de comunidades que residem nas áreas citadas e em seus entornos, há uma questão comum, que consiste na presença de residentes no interior e entorno dessas áreas. Em ambos os planos estudados há um regramento para que os impactos da atividade turística sejam geridos de maneira adequada. A APA de Anhatomirim está inserida em um bioma de Mata Atlântica, entretanto, além das atividades desenvolvidas em ambiente terrestre, nela a maioria das atividades são desenvolvidas em ambientes costeiros e marinhos. Desta forma, há regras em relação aos tipos de embarcações, a velocidade permitida, ao número de visitas e de visitantes permitidos diariamente em virtude da fauna marinha existente (ICMBio, 2013); embora haja certas restrições como citado, o acesso à maioria das praias, por exemplo, é livre e pode ser feito a pé ou por automóveis, a qualquer hora do dia ou da noite, sem barreiras artificiais.



Já o PNG é uma área coberta por savanas e outros tipos de florestas, portanto, seu regramento trata somente do ambiente terrestre. O zoneamento do PNG abrange áreas como Zona de Hospedagem do Turismo; Zona de Recreação do Turismo; Área Pública *Self Drive*; Área Pública Guiada; Área dos Operadores Turísticos e Área Selvagem (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2016); cada uma delas envolve uma série de particularidades, como, por exemplo, na Área Selvagem, destinada à manutenção da paz e da tranquilidade, não permitindo atividades motorizadas e exigindo que todas as atividades sejam guiadas, enquanto a Área Pública *Self Drive* é destinada à visita de animais, e permite o acesso de forma independente ou com guias.

CONCLUSÕES

A análise aprofundada dos planos de manejo revelou que, tanto na APA de Anhatomirim quanto no PNG, o turismo é considerado um elemento central e para a manutenção e desenvolvimento das áreas protegidas. Ambos os planos demonstraram similaridades estruturais, que incluem a caracterização do espaço, a delimitação de zoneamentos e áreas de desenvolvimento turístico, além de estratégias de promoção e comunicação. Essa estrutura possibilita a incorporação do turismo às realidades locais, gerando impactos positivos significativos e estabelecendo barreiras para a conservação e preservação dessas áreas.

No contexto do PNG, os objetivos do turismo são claramente definidos para oferecer uma experiência multicultural, atraindo e retendo visitantes, expandindo a atividade ao incluir dimensões ambiental, cultural e histórica, e gerando receitas em níveis local e nacional, tudo isso visando a sustentabilidade do Parque e o benefício das comunidades. De maneira análoga, na APA de Anhatomirim, o turismo é reconhecido como uma das principais atividades econômicas do município de GCR, sendo uma fonte vital de receita e um atrativo para visitantes de diversas origens.

Um ponto crucial de convergência entre as duas áreas é a presença de comunidades residentes em seus interiores ou entornos. Enquanto a APA de Anhatomirim possui 06 comunidades total ou parcialmente inseridas, o PNG conta com cerca de 84 comunidades localizadas em sua Zona Tampão. Essa realidade comum sublinha a necessidade imperativa de que os planos de manejo de UCs adotem uma perspectiva abrangente em relação à ocupação humana para que a sustentabilidade se torne um horizonte viável.

Ambos os planos de manejo também se preocupam com o regramento adequado para a gestão dos impactos da atividade turística. Na APA de Anhatomirim, inserida no bioma Mata Atlântica e com predominância de atividades em ambientes marinhos e costeiros, as regras focam nos tipos de embarcações, velocidades permitidas e número de visitantes diários, devido à fauna marinha, embora o acesso à maioria das praias seja livre.

Já no PNG, que abrange savanas e florestas, o regramento é voltado para o ambiente terrestre, com um zoneamento específico que inclui Zonas de Hospedagem, Recreação, Áreas Públicas (*Self Drive* e Guiada), de Operadores Turísticos e Áreas Selvagens, cada uma com suas particularidades e restrições.

Em conclusão, tanto o Brasil quanto Moçambique estão empreendendo esforços para promover a gestão sustentável de suas áreas protegidas, com o turismo se consolidando como um aliado estratégico nesse sentido. O desafio central que se



apresenta é encontrar um ponto de equilíbrio duradouro entre a proteção ambiental, a economia e o bem-estar social, assegurando a qualidade da experiência turística em harmonia com a conservação.

Este estudo foi desenvolvido a partir de fontes secundárias. Sugere-se que em estudos futuros haja o uso de dados de campo, além da análise de outras UCs e até a comparação com a realidade de outros países. Fatores que poderiam expandir significativamente as reflexões do estudo.

Entretanto, é possível afirmar, que foi evidenciado o potencial que a atividade turística tem para contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável a partir desses modelos econômicos alternativos, visto que o turismo é tido nos planos de manejo analisados como um elemento central e abrangente.

Assim, espera-se que o estudo estimule futuras pesquisas e auxilie na formulação de políticas públicas que apoiem o turismo sustentável nas respectivas áreas, bem como fortaleça a existência outros tipos de economia, e em diferentes escalas e realidades.

REFERÊNCIAS

Águila, K. V., & Navarro, V. M. (2023). Objetivos de Desarrollo Sostenible y turismo en las localidades costeras del sur de Santa Cruz. *Investigaciones y Ensayos de la Unidad Académica Río Gallegos*, 15(3), 988. <https://doi.org/10.22305/ict-unpa.v15.n3.988>.

Bertini, A., & Vitolo, T. (2023). Historical centres, protected natural areas, communities and sustainable development: A possible balance. *Land*, 12(2), 403. <https://doi.org/10.3390/land12020403>.

Blanco-Cerradelo, L., Diéguez-Castrillón, M. I., Fraiz-Brea, J. A., & Gueimonde-Canto, A. (2022). Protected areas and tourism resources: Toward sustainable management. *Land*, 11(11), 2059. <https://doi.org/10.3390/land11112059>.

Brankov, J., Milanović Pešić, A., Milijašević Joksimović, D., Radovanović, M. M., & Petrović, M. D. (2021). Water Quality Estimation and Population's Attitudes: A Multi-Disciplinary Perspective of Environmental Implications in Tara National Park (Serbia). *Sustainability*, 13(241). <https://doi.org/10.3390/su13010241>.

Brasil. (1992, 20 de maio). Decreto n.º 528, de 20 de maio de 1992. Dispõe sobre a declaração da Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim, em Santa Catarina, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, p. 1.

Brasil. (2000, 18 de julho). Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. *Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm

Brasil. (2000, 18 de julho). Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, p. 1.



Brasil. (2025, 25 de julho). *Lei n.º 15.180, de 25 de julho de 2025: Institui a Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação e autoriza o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e os órgãos estaduais e municipais executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) a contratar instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado com os objetivos de financiar e de apoiar a visitação a unidades de conservação.* Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15180.htm

Byers, A. C., Shrestha, M., Zackary, A., Byers, E. A., Coburn, B., Watanabe, T., & Chand, M. B. (2024). The Changing Ecology of a High Himalayan Valley: Challenges to the Sustainable Development of the Kanchenjunga Conservation Area, Eastern Nepal. *Sustainability*, 16(6), 2434. <https://doi.org/10.3390/su16062434>.

Cengiz, A. E. (2020). Determination of ecotourism potential in national parks: Troy historical national park, Çanakkale-Turkey. *J. Environ. Biol.*, 41, 514-526.

Chidakel, A., & Child, B. (2022). Convergence and divergence in the economic performance of wildlife tourism within multi-reserve landscapes. *Land Use Policy*, 120, 106252. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2022.106252>.

Cruz, M. M., Sánchez, F. J., & Suárez, V. M. (2024). Application of protection features to a biosphere reserve for the control and development of tourist activities: The case of the Gêres-Xurés Park. *Land*, 13(10), 1725. <https://doi.org/10.3390/land13101725>.

Fada, S. J., Omotoriogun, T. C., Amusa, T. O., Danmallam, B. A., Kumdet, P. S., Akintunde, E., & Muhammad, N. Z. (2024). Co-creation approaches to improve conservation efforts of African elephant populations in Nigeria. *European Journal of Sustainable Development*, 13(4), 1–12. <https://doi.org/10.14207/ejsd.2024.v13n4p1>.

Fei, L., Wu, F., Yu, L., Li, C., Bing, X., Ke, Z., Junzhi, D., Leer, C., & Suocheng, D. (2023). Ecological carrying capacity and ecological footprint of ski tourism: A case of North Slope region of Tianshan Mountain. *Pol. J. Environ. Stud.*, 32(6), 5551–5561. <https://doi.org/10.15244/pjoes/170032>.

Ferrante Agostini, D., Vukomanovic, J., & Smart, L. S. (2021). Uncovering trends and spatial biases of research in a U.S. national park. *Sustainability*, 13(21), 11961. <https://doi.org/10.3390/su132111961>.

Flórez, M., Becerra, O., Carrillo, E., Villa, M., Álvarez, Y., Suárez, J., & Mendes, F. (2024). Deep Learning Application for Biodiversity Conservation and Educational Tourism in Natural Reserves. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 13(10), 358. <https://doi.org/10.3390/ijgi13100358>.

Franceschinis, C., Swait, J., Vij, A., & Thiene, M. (2022). Determinants of Recreational Activities Choice in Protected Areas. *Sustainability*, 14(412). <https://doi.org/10.3390/su14010412>.



Gao, J., Shao, C., Chen, S., & Wei, Z. (2021). Evaluation of sustainable development of tourism cities based on SDGs and tourism competitiveness index: Analysis of 221 prefecture-level cities in China. *Sustainability*, 13(22), 12338. <https://doi.org/10.3390/su132212338>.

Gupta, A. (2024). Analyzing land use/land cover dynamics in mountain tourism areas: A case study of the core and buffer zones of Sagarmatha and Khaptad National Parks, Nepal. *Sustainability*, 16(23), 10670. <https://doi.org/10.3390/su162310670>.

Hsu, C.-H., Lin, H.-H., & Jhang, S. (2020). Sustainable Tourism Development in Protected Areas of Rivers and Water Sources: A Case Study of Jiuqu Stream in China. *Sustainability*, 12(13), 5262. <https://doi.org/10.3390/su12135262>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2025, 11 de julho). Censo 2022: Brasil tem 11,8 milhões de moradores em Unidades de Conservação. Agência de Notícias do IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43968-censo-2022-brasil-tem-11-8-milhoes-de-moradores-em-unidades-de-conservacao>.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2013). *Plano de Manejo: Encarte 02: Diagnóstico da APA Anhatomirim*. Florianópolis, SC.

Jabrayilov, E. A. (2022). A'WOT analysis for sustainability of biodiversity and tourism in Shahdagh National Park, Azerbaijan. *Journal of Geology, Geography and Geoecology*, 31(2), 302–310. <https://doi.org/10.15421/112228>.

Koshim, A., Sergeyeva, A., Kakimzhanov, Y., Aktymbayeva, A., Sakypbek, M., & Sapiyeva, A. (2023). Sustainable Development of Ecotourism in “Altynemel” National Park, Kazakhstan: Assessment through the Perception of Residents. *Sustainability*, 15(11), 8496. <https://doi.org/10.3390/su15118496>.

Kulczyk-Dynowska, A., & Stacherzak, A. (2020). Selected Elements of Technical Infrastructure in Municipalities Territorially Connected with National Parks. *Sustainability*, 12(4015). <https://doi.org/10.3390/su12104015>.

Lembi, R., Moraes, A. R., & Seixas, C. S. (2024). Assessing nature's contributions to people in a peri-urban protected area, southeast Brazil: integrating feedback loops and participatory scenario planning. *Ecosystems and People*, 20(1), 2377636. <https://doi.org/10.1080/26395916.2024.2377636>.

Lima Júnior, J. O., Mesquita, F. F. S., Marquesan, A. K. S., & Monteiro, A. S. M. (2023). Experiências de Ecoturismo em Unidades de Conservação: análise de relatos de visita ao Parque Nacional de Sete Cidades (Piauí). *ConfinS (Revista franco-brasileira de geographie / Revista franco-brasileira de geografia)*, 65(65). <https://doi.org/10.4000/130jj>.

Lin, W., Li, Y., Li, X., & Xu, D. (2018). The dynamic analysis and evaluation on tourist ecological footprint of city: Take Shanghai as an instance. *Sustainable Cities and Society*, 37, 541–549. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2017.12.003>.



Maestro, M., Pérez-Cayeiro, M. L., Reyes, H., & Chica-Ruiz, J. A. (2024). Analysis of the management of protected areas in Galapagos: 60 years after its declaration as a national park. *Sustainability*, 16(15), 6532. <https://doi.org/10.3390/su16156532>.

Maretti, C. C., Furlan, S. A., Irving, M. d. A., Nasri, Y. X. G., Rodrigues, C. G. d. O., Aydos, B. B., Martins dos Santos, R., Guimarães, E., Marinelli, C. E., Fukuda, J. C., Guirao, Â. C., Cardoso, L. R., Oliveira, E., Moraes, E. A. d., Fernandes-Pinto, É., Tiburcio, A. C., Costa, P. C. P. d., & Raimundo, S. (2023). Collaborative conservation for inclusive, equitable, and effective systems of protected and conserved areas—Insights from Brazil. *Sustainability*, 15, 16609. <https://doi.org/10.3390/su152416609>.

Martín-Delgado, L.-M., Jiménez-Barrado, V., & Sánchez-Martín, J.-M. (2022). Sustainable Hunting as a Tourism Product in Dehesa Areas in Extremadura (Spain). *Sustainability*, 14(16), 10288. <https://doi.org/10.3390/su141610288>.

Mateoc-Sîrb, N., Albu, S., Rujescu, C., Ciolac, R., Tigan, E., Brînzan, O., Mănescu, C., Mateoc, T., & Milin, I. A. (2022). Sustainable Tourism Development in the Protected Areas of Maramures, Romania: Destinations with High Authenticity. *Sustainability*, 14(3), 1763. <https://doi.org/10.3390/su14031763>.

Matshusa, K., Leonard, L., & Thomas, P. (2021). Challenges of geotourism in South Africa: A case study of the Kruger National Park. *Resources*, 10(11), 108. <https://doi.org/10.3390/resources10110108>.

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. (2016, 25 de julho). *Plano de Maneio do Parque Nacional da Gorongosa para o período de 2016 a 2020*. Boletim da República de Moçambique, 1.^a Série, (88), 527-566.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (2025). Plataforma SNUC. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Ministério do Turismo – MITUR. (2014). *Protocolos da SADC relacionados com as florestas, a conservação da fauna bravia e a fiscalização ambiental*. Maputo: MITUR.

Ministério do Turismo. (2015). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM)*.

Ministério do Turismo. (2016). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2016-2025 (PEDTM)*.

Moçambique, Conselho de Ministros. (2004, 12 de outubro). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique [PEDTM] (2004-2013)*.

Moçambique. (1997, 1 de outubro). Lei n.º 19/97 (Lei de Terras). *Boletim da República*, I Série, n.º 40, Suplemento.



Moçambique. (1999, 7 de julho). Lei n.º 10/99 (Lei de Florestas e Fauna Bravia). *Boletim da República, I Série, n.º 27, 2º Suplemento*.

Moreira, J. C., Vale, T. F. d., & Burns, R. C. (2021). Fernando de Noronha Archipelago (Brazil): A coastal geopark proposal to foster the local economy, tourism and sustainability. *Water*, 13(11), 1586. <https://doi.org/10.3390/w13111586>.

Ng, S.-L., & Sun, P.-C. (2024). Importance–performance analysis of the sustainability of South Penghu Marine National Park, Taiwan. *Sustainability*, 16(21), 9427. <https://doi.org/10.3390/su16219427>.

Ntela, A. (2013). Categorias de conservação e gestão de áreas protegidas em Moçambique: “Reserva Especial de Maputo, uma categoria complexa e confusa”. *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*.

ONU. (2023). *Diving into the blue economy*. <https://www.un.org/en/desa/diving-blue-economy>

Park, S., Zielinski, S., Jeong, Y., & Kim, S.-i. (2020). Factors Affecting Residents’ Support for Protected Area Designation. *Sustainability*, 12(7), 2800. <https://doi.org/10.3390/su12072800>.

Pawłat-Zawrzykraj, A., & Podawca, K. (2020). Diversification of Municipalities Located in the Impact Area of National Parks in Terms of Environmental Requirements of Sustainable Tourism. *Sustainability*, 12(4896). <https://doi.org/10.3390/su12124896>.

Pérez-Calderón, E., Miguel-Barrado, V., & Sánchez-Cubo, F. (2022). Tourism Business in Spanish National Parks: A Multidimensional Perspective of Sustainable Tourism. *Land*, 11(2), 190. <https://doi.org/10.3390/land11020190>.

Portugal. (1999, 7 de junho). Lei n.º 10/99. Lei de Bases da Caça. *Diário da República, I Série-A, n.º 132*.

Portugal. (2014, 27 de março). Lei n.º 16/2014. Aprova o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade. *Diário da República n.º 60/2014, Série I, de 27-03-2014*.

Purwoko, A., Nurrochmat, D. R., Ekayani, M., Rijal, S., & Garura, H. L. (2022). Examining the economic value of tourism and visitor preferences: A portrait of sustainability ecotourism in the Tangkahan Protection Area, Gunung Leuser National Park, North Sumatra, Indonesia. *Sustainability*, 14(14), 8272. <https://doi.org/10.3390/su14148272>.

Ramaano, A. I. (2024). Environmental consequences and climate change linked ecotourism activities in remote and protected areas of South Africa. *Rural Society*, 33(2), 97–115. <https://doi.org/10.1080/10371656.2024.2368301>.

Raman, R., Leal Filho, W., Martin, H., Ray, S., Das, D., & Nedungadi, P. (2024). Exploring Sustainable Development Goal Research Trajectories in Small Island Developing States. *Sustainability*, 16, 7463. <https://doi.org/10.3390/su16177463>.



República de Moçambique, Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. (2016, 25 de julho). *Plano de Maneio do Parque Nacional da Gorongosa para o período de 2016 a 2020*. Boletim da República, I Série, (88), 527–568.

Rota, N., Canedoli, C., Azzimonti, O. L., & Padoa-Schioppa, E. (2023). How do people experience the Alps? Attitudes and perceptions in two protected areas in Italy. *Sustainability*, 15(4), 3341. <https://doi.org/10.3390/su15043341>.

Sengkhamyong, X., Yabar, H., & Mizunoya, T. (2022). Assessing household willingness to pay for the conservation of the Phou Chom Voy Protected Area in Lao PDR. *Sustainability*, 14(18), 11202. <https://doi.org/10.3390/su141811202>.

Sharmin, F., Sultan, M. T., Badulescu, A., Bac, D. P., & Li, B. (2020). Millennial tourists' environmentally sustainable behavior towards a natural protected area: An integrative framework. *Sustainability*, 12(20), 8545. <https://doi.org/10.3390/su12208545>.

Sianipar, I. M. J., Lee, C.-H., Wang, H.-J., Kim, D.-C., & Suryawan, I. W. K. (2024). Unraveling Factors Influencing Local Willingness to Participate in Sustainable Komodo Conservation and Protected Area Tourism. *Forestry Studies*, 8(2), 239–262. <https://doi.org/10.24259/fs.v8i2.32880>.

Silva, R. D. M., Tello, J. C. R., & Costa, L. A. (2010). A Influência dos Projetos Municipais Voltados ao Desenvolvimento do Turismo e das Atividades Produtivas Familiares e Comerciais na Comunidade de São João do Lago do Tupé no Município de Manaus, Estado do Amazonas. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 8(4), 661–667. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2010.08.057>.

Sobhani, P., Esmaeilzadeh, H., Sadeghi, S. M. M., Marcu, M. V., & Wolf, I. D. (2022). Evaluating ecotourism sustainability indicators for protected areas in Tehran, Iran. *Forests*, 13(5), 740. <https://doi.org/10.3390/f13050740>.

Telbisz, T., Imecs, Z., Máthé, A., & Mari, L. (2023). Empirical Investigation of the Motivation and Perception of Tourists Visiting the Apuseni Nature Park (Romania) and the Relationship of Tourism and Natural Resources. *Sustainability*, 15(5), 4181. <https://doi.org/10.3390/su15054181>.

Tosun, C., Soyulu, Y., Atay, L., & Timothy, D. J. (2023). Environmentally friendly behaviors of recreationists and natural area tourists: A comparative perspective. *Sustainability*, 15(13), 10651. <https://doi.org/10.3390/su151310651>.

Trišić, I., Štetić, S., & Privitera, D. (2021). The importance of nature-based tourism for sustainable development—A report from the selected Biosphere Reserve. *Journal of the Geographical Institute "Jovan Cvijić" SASA*, 71(2), 203–209. <https://doi.org/10.2298/IJGI2102203T>.



UNEP (2011). Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication - A Synthesis for Policy Makers. <https://www.unep.org/greeneconomy>.

Wang, Y., Endo, A., & Fukami, S. (2024). Coordinated development of island ecotourism: A comprehensive evaluation of Amami-Oshima Island. *Environmental and Sustainability Indicators*, 22, 100394. <https://doi.org/10.1016/j.indic.2024.100394>.

Wetzell Canales-Springett, A., & Chávez Salas, J. M. (2023). Diseño de un análisis multicriterio para estimar el potencial ecoturístico de la reserva paisajística subcuenca del Cotahuasi, Arequipa, Perú. *Ecología Aplicada*, 22(2), 167–193. <https://doi.org/10.21704/rea.v22i2.2092>.

Zhang, J., Ou, Z., & Sun, Y. (2024). Drivers of Willingness to Pay in a National Water Conservancy Scenic Spot from a Perceived Value Perspective: A Case Study of Nanjing. *Sustainability*, 16(23), 10553. <https://doi.org/10.3390/su162310553>.

Zhang, X., Zhong, L., & Yu, H. (2022). Sustainability assessment of tourism in protected areas: A relational perspective. *Global Ecology and Conservation*, 35, e02074. <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2022.e02074>.

Zhang, Y., Wang, Z., Shrestha, A., Zhou, X., Teng, M., Wang, P., & Wang, G. (2023). Exploring the Main Determinants of National Park Community Management: Evidence from Bibliometric Analysis. *Forests*, 14(1850). <https://doi.org/10.3390/f14091850>.

Zydroń, A., Szoszkiewicz, K., & Chwiałkowski, C. (2021). Valuing Protected Areas: Socioeconomic Determinants of the Willingness to Pay for the National Park. *Sustainability*, 13(2), 765. <https://doi.org/10.3390/su13020765>.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 04/11/2025

Aprovado em: 07/12/2025

Received in: November 04, 2025

Approved in: December 07, 2025